

ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA TERCEIRA LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2001.

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil e um, às dezenove horas e trinta e cinco minutos, reuniu-se ordinariamente o Poder Legislativo, em sua Sede, sob a Presidência da vereadora Lori Magdalena Messer, estando ainda presentes os seguintes edis: Adelar Henrique Schmitt, José Lauri Brill, Paulo Antônio Medtler, Ricardo Trierweiler, Angelino Ferreira Neckel, Airton José Weber, Luiz José Spaniol e Dário José Kuhn. A Presidente declarou aberta a Reunião, e solicitou de imediato, ao Secretário da Câmara, servidor Cesar Alberto Karling, a procedência da leitura da Ata da reunião ordinária anterior. Procedida a leitura, colocou-a em discussão, sendo que ninguém se manifestou. Passando-se à votação da mesma, foi aprovada por unanimidade. Em continuidade passou-se a leitura da **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA**, onde constavam: Da Câmara de Vereadores de Horizontina, comunicado informando o seu site na Internet e colocando-se a disposição para maiores informações. Da Associação dos Municípios da Rota Romântica, relatório de reunião realizada no dia 05(cinco) de setembro do presente ano, no Município de Gramado. Do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Deputado Sérgio Zambiasi, o Of.817/01/GP(ofício oitocentos e dezessete barra dois mil e um) informando a instalação de Subcomissão Mista para tratar das desigualdades regionais, e a programação das audiências públicas. Do Secretário Municipal da Educação, Cultura e Desporto, Marcelo Augusto Fröhlich, o Of.Nº55/SMECD/01(ofício número cinquenta e cinco barra dois mil e um), solicitando o espaço da Câmara Municipal de Vereadores para reunião da Rota Romântica dia 26(vinte e seis) de setembro de 2001(dois mil e um). Também, através do ofício, convidando os edis a participarem da Programação da Semana do Trânsito, conforme programa, que seguia abaixo. Do Poder Executivo Municipal, os ofícios: Of.Cam.Nº064.Gab/2001(ofício Câmara número zero sessenta e quatro ponto gabinete barra dois mil e um) encaminhando o Projeto de Lei que dispunha sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2002 e dava outras providências; Of.Cam.Nº065.Gab/2001(ofício Câmara número zero sessenta e cinco ponto gabinete barra dois mil e um) informando em resposta ao Pedido de Informação de Nº008/2001(número zero zero oito barra dois mil e um) de autoria do vereador Airton J. Weber, que não havia necessidade de apresentação de comprovante de residência para receber atendimento na Unidade Sanitária do Município; Of.Cam.Nº066.Gab/2001 (ofício Câmara número zero sessenta e seis ponto gabinete barra dois mil e um) informando em resposta ao Pedido de Informação de Nº009/2001(número zero zero nove barra dois mil e um) de autoria do vereador Adelar H. Schmitt, que não havia por enquanto, nenhuma definição de nomes para compor a Central do Sistema de Controle Interno; Of.Cam.Nº067.Gab/2001(ofício Câmara número zero sessenta e sete ponto gabinete barra dois mil e um) encaminhando cópia da Lei Municipal nº335/2001(número trezentos e trinta e

cinco barra dois mil e um); Of.Cam.Nº068.Gab/2001(ofício Câmara número zero sessenta e oito ponto gabinete barra dois mil e um) encaminhando o Projeto de Lei que autorizava o Poder Executivo Municipal a aumentar incentivos ao produtor rural previstos na Lei Municipal Nº311, de 10 de janeiro de 2001 e dava outras providências. Do vereador Dário J. Kuhn, o Of.nº024/DJK/2001(ofício número zero vinte e quatro barra dois mil e um) solicitando que, após ouvido o plenário, fosse enviada ao Poder Executivo Municipal, a Indicação de Nº025/2001(número zero vinte e cinco barra dois mil e um), que seguia em anexo. Do vereador Airton J. Weber, o Of.nº038/AJW/2001(ofício número zero trinta e oito barra dois mil e um) solicitando que, fossem colocadas sob apreciação plenária, e se recebido voto favorável da maioria, encaminhadas aos destinatários, as proposições: Indicação de Nº026/2001(número zero vinte e seis barra dois mil e um) e o Pedido de Informação de Nº010/2001(número zero dez barra dois mil e um) que seguiam em anexo. Do vereador Luiz J. Spaniol, o Of.nº018/LJS/2001(ofício número zero dezoito barra dois mil e um), encaminhando, em anexo, as Indicações de Nº022/2001(número zero vinte e dois barra dois mil e um) e Nº023/2001(número zero vinte e três barra dois mil e um), e solicitando que as mesmas fossem colocadas sob apreciação plenária, e recebido o voto favorável da maioria, encaminhadas ao Poder Executivo Municipal deste Município. Da Assembléia Legislativa do Estado, os jornais Diário da Assembléia, de números: nº7872, nº7874 e nº7875. Em continuidade passou-se às **EXPOSICÕES PESSOAIS**. Expôs a Presidente da Mesa Diretora, que o vereador Luiz J. Spaniol havia se inscrito para esse espaço, e considerando o mesmo, concedeu-lhe a palavra. Fazendo uso dessa, cumprimentou os colegas vereadores, Prefeito Municipal, Secretários e demais munícipes. Após expôs, que desejava falar sobre o Projeto de Lei Nº06(número zero seis) que instituíra o controle interno, o qual havia dado entrada na Câmara em janeiro. E que agora havia entrado o Projeto de Lei Nº025/2001(número zero vinte e cinco barra dois mil e um) , e que a seu ver havia uma certa contradição da Administração Municipal. Leu na oportunidade, o vereador Luiz J. Spaniol, texto encaminhado em janeiro pela Administração Municipal, o qual dizia que como contribuição aos atuais vereadores que formavam o Poder Legislativo Lucenense, informava que projeto de lei idêntico à este, havia dado entrada nesta Casa, no mês de dezembro de 2000(dois mil) e que havia sido solicitada sua devolução, por essa Administração, através de Of.nº001/Gab/2001(ofício número zero zero um barra gabinete barra dois mil e um). E que tal pedido de devolução havia se dado ao fato de a atual administração não ter concordado com a remuneração dos integrantes do Sistema de Controle Interno, prevista no projeto de lei anterior. Após ter lido o texto, comentou o vereador Luiz J. Spaniol que em setembro, havia entrado o Projeto de Lei Nº025/2001(número zero vinte e cinco barra dois mil e um) que dizia que os integrantes da Central do Sistema de Controle Interno fariam jus a gratificação mensal no valor de R\$190,00(cento e noventa reais), reajustável na mesma data e nos mesmos índices que fossem os vencimentos do quadro geral dos servidores municipais. Disse que era contra isso, porque a seu ver os secretários já ganhavam um bom salário e não haveria a necessidade de receberem esses

R\$190,00(cento e noventa reais). Em continuidade pediu a Presidente da Mesa Diretora ao Secretário da Câmara, servidor Cesar Alberto Karling, que procedesse a leitura das proposições apresentadas na medida em que fossem apreciadas. Iniciando o Secretário da Câmara, pela leitura da Indicação de N°022/2001(número zero vinte e dois barra dois mil e um), apresentada pelo vereador Luiz J. Spaniol, dirigida ao Prefeito Municipal deste Município. Por meio desta indicou a execução de melhorias, na Estrada do Campo de Futebol, na localidade de Picada Schneider. Colocada em discussão a Indicação, ninguém se manifestou. Passando-se à votação do encaminhamento, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Dando continuidade, procedeu o Secretário da Câmara, a leitura da Indicação de N°023/2001(número zero vinte e três barra dois mil e um), também apresentada pelo vereador Luiz J. Spaniol, dirigida ao Prefeito Municipal deste Município. Por meio desta indicou providências visando eliminar a poça d'água que se formava, em dias de chuva, sobre a Ponte localizada na Rua Awelino Seewald, que dava passagem sobre o Arroio Michel. Colocada em discussão a Indicação, comentou o vereador Luiz J. Spaniol, que quando chovia, aquele buraco no asfalto acumulava água, fazendo com que os trabalhadores que trabalhavam em fábricas e outros locais, tivessem que passar pelo local. Sendo obrigados a tirar os sapatos ou molhá-los. E que nesse sentido teria que ser feita alguma coisa. Disse que fora uma obra da Administração anterior, a qual julgava desperdício de dinheiro público, pois que era uma vergonha, o que havia sido feito no local, pois que ao invés de terem levantado um pouco mais a ponte haviam-na deixado baixa. Expôs a Presidente da Mesa Diretora que por certo o engenheiro nem poderia ter assinado, permitindo que fosse construída dessa forma. Destacou o vereador Luiz J. Spaniol que a seu ver a obra havia sido mal executada e que teria que se procurar solução para o problema, pois que da forma como estava, não poderia ser deixado. Passando-se à votação do encaminhamento, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Em seqüência, procedeu o Secretário da Câmara, a leitura da Indicação de N°026/2001 (número zero vinte e seis barra dois mil e um), apresentada pelo vereador Airton J. Weber, dirigida ao Prefeito Municipal deste Município. Por meio desta indicou a identificação dos veículos do Município, com a colocação de logotipos, Brasão, nas portas dos mesmos. Colocada em discussão a Indicação, expôs a Presidente da Mesa, que esse pedido já havia sido encaminhado e que estava sendo feito, que haviam vindo, mas que ainda não havia dado tempo para colocar os logotipos. E que cada um via quem estava dirigindo e que todos conheciam os motoristas da Prefeitura, e portanto sabia quem era funcionário e quem não era. Passando-se à votação do encaminhamento, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Após, procedeu o Secretário da Câmara a leitura do Pedido de Informação de N°010/2001(número zero dez barra dois mil e um), também apresentado pelo vereador Airton J. Weber, dirigido à Presidente desta Câmara Municipal de Vereadores. Por meio deste solicitou que a Presidência da Mesa apresentasse provas de que na 1ª(primeira) gestão deste Município haviam sido executadas obras particulares pela administração pública municipal. Colocado em discussão, disse a Presidente da Mesa Diretora que o vereador Airton J. Weber insistia em criticá-la publicamente e indagou se a primeira administração

havia sido do PMDB. Observou o vereador Airton J. Weber, que no Pedido não constava que havia sido do PMDB, e que se referira ao PDT. Falou ainda a Presidente da Mesa, que o vereador Airton J. Weber fosse averiguar, pois se quisesse saber, que fosse atrás, procurasse informações. Passando-se á votação do encaminhamento do Pedido de Informação, foi o mesmo rejeitado com 5(cinco) votos contrários e 4(quatro) favoráveis. Votaram contra o encaminhamento, os vereadores José L. Brill, Paulo A. Medtler, Ricardo Trierweiler, Angelino F. Neckel e a vereadora Lori M. Messer. Votaram a favor, os vereadores Adelar H. Schmitt, Dário J. Kuhn, Luiz J. Spaniol e Airton J. Weber. O voto da Presidente da Mesa, fez-se necessário, considerando que a princípio havia ocorrido empate. Dando continuidade, procedeu o Secretário da Câmara a leitura da Indicação de Nº025/2001(número zero vinte e cinco barra dois mil e um), apresentada pelo vereador Dário J. Kuhn, dirigida ao Poder Executivo Municipal. Por meio desta indicou a execução de melhorias na Estrada Transamazônica. Colocada em discussão, ninguém se manifestou. Passando-se à votação do encaminhamento da Indicação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Em seqüência, passou a Presidente da Mesa Diretora para a **DISTRIBUIÇÃO DE PROJETOS**. Sendo distribuídos para a Comissão Geral de Pareceres os seguintes Projetos: Projeto de Lei Nº026/2001(número zero vinte e seis barra dois mil e um), que dispunha sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2002, e dava outras providências; Projeto de Lei Nº027/2001(número zero vinte e sete barra dois mil e um), que autorizava o Poder Executivo Municipal a aumentar incentivos ao produtor rural previstos na Lei Municipal Nº311 de 10 de janeiro de 2001, e dava outras providências. Em continuidade, passou-se para a **ORDEM DO DIA**. Pediu a Presidente da Mesa Diretora ao Presidente da Comissão Geral de Pareceres, vereador Ricardo Trierweiler, que apresentasse parecer ao Projeto de Lei Nº025/2001(número zero vinte e cinco barra dois mil e um) que acrescentava §3º ao Art.4º da Lei Municipal Nº317 de 1º de fevereiro de 2001 e dava outras providências. Procedendo dessa forma o Presidente da Comissão. No parecer a Comissão se manifestou favorável, considerando que muitas vezes ocorria a necessidade de serem realizadas reuniões fora do horário normal de expediente. Assim como a tamanha responsabilidade que a função exigia. No Parecer, o vereador Luiz J. Spaniol foi contrário ao Projeto de Lei. Colocou a Presidente da Mesa Diretora, em discussão o Projeto de Lei. Expôs o vereador Adelar H. Schmitt, que por parte dos funcionários efetivos da Prefeitura deveria haver bom senso de, da mesma forma como a Câmara de Vereadores havia optado em não remunerar as reuniões extraordinárias fora do período de férias, também contribuírem com a administração. Disse a Presidente da Mesa Diretora, que o problema era se não se conseguisse alguém, pois que não podia-se obrigar uma pessoa a fazer algo contra a vontade dela. E, como poderia ser escolhido o pessoal se não tivesse o projeto aprovado. Comentou o vereador Adelar H. Schmitt que sabia que era difícil conseguir funcionários. E que se imaginava que sem remuneração não havia ninguém, mas quantos teria se fosse oferecido esse salário. Comentou a Presidente da Mesa, que caberia ao Prefeito escolher. Falou o vereador Adelar H. Schmitt que isso significava que o interesse não era pela fiscalização e nem pela função, mas pelo dinheiro, e que essa

era sua opinião, frisou. Considerando que se fazia presente o Secretário da Administração, indagou a Presidente da Mesa Diretora aos vereadores, se podia solicitar à esse, que fizesse alguns esclarecimentos. Considerando que ninguém se opôs, pediu a Presidente da Mesa Diretora, ao Secretário da Administração, que fizesse alguns esclarecimentos. Fazendo uso da palavra, o Secretário da Administração disse que em primeiro lugar desejava retificar o que o vereador Luiz J. Spaniol havia exposto referente a questão da remuneração. Comentou o Secretário, que em nenhum lugar estavam dizendo que secretário iria ocupar uma dessas vagas. E em segundo lugar, referente secretário poder receber isso, disse, que a Constituição do Brasil, através da emenda constitucional 19(dezenove) ou 20(vinte), determinava que secretário deveria receber subsídio fixado em parcela única, e portanto não poderia receber nada além da sua remuneração. Explicou também o Secretário da Administração, os motivos de terem enviado no início do ano o Projeto sem remuneração e agora estavam propondo. Disse que deste o início do ano até o presente, não haviam conseguido quem aceitasse fazer parte da comissão, sem remuneração. Falou que os funcionários se informavam nos municípios vizinhos, nos quais ninguém fazia de graça, e que dessa forma também não aceitavam fazer parte da Comissão sem remuneração. Destacou o Secretário, que esses funcionários precisariam atestar as contas do Prefeito, terem competência e autoridade para apontar algum eventual problema das contas. Disse que ele e o Prefeito haviam convidado um por um os servidores efetivos para fazerem parte da Comissão, só que ninguém havia aceitado, nem mesmo o contador, que era membro obrigatório, sem a devida remuneração. Comentou, qual fora a solução encontrada, já que a Lei de Responsabilidade Fiscal exigia a Comissão de Controle Interno. Disse, que fora oferecer remuneração, pois que dessa forma uma pessoa havia aceitado fazer parte da Comissão, só que uma segunda pessoa seria difícil encontrar. E que a terceira pessoa seria ele, o Secretário da Administração, como funcionário efetivo, sem receber a remuneração. Falou que poderia voltar para o cargo efetivo e receber a remuneração por integrar a Comissão, mas que estava abrindo mão, e que não era obrigado, mas que faria parte para que se conseguisse formá-la. Comentou também, quantos dos edis teriam assumido como vereadores se não fosse remunerado, pois qual era a responsabilidade que tinham nesta Casa, e que se não julgavam um pouco pela responsabilidade. Disse que qual funcionário que tivesse que exercer algum cargo de chefia, atribuição a mais do seu cargo, sem querer receber um plus a mais no salário. Comentou ainda, o Secretário, que os vereadores tinham toda liberdade para votar contra ou achar que não era justo, só que a idéia da Administração, até o presente era de não remunerar, mas daqui a pouco chegaria o final do ano, e que de acordo com a lei teria que ser enviado um relatório para a Câmara das contas, o que acabaria não sendo possível por não terem sido analisadas pela Comissão de Controle Interno. Destacou que não era fácil conseguir formar a Comissão, e que os vereadores fizessem uma enquete na região, para ver se em algum município, os funcionários faziam parte da referida comissão sem serem remunerados. No instante, indagou o Secretário, se algum vereador tinha questionamento a fazer. Manifestou-se o vereador Luiz J. Spaniol dizendo que sua dúvida fora no sentido de quem seriam os integrantes da Comissão. Observou o Secretário da Administração, que não teve como responder, porque não havia nada formalizado. E se esse

projeto não fosse aprovado na presente sessão ou nas seguintes, simplesmente seria encaminhado outro com a mesma proposta, pois que ninguém aceitaria fazer parte da Comissão de Controle Interno, sem ser remunerado por isso. Destacou, que havia gente que não aceitaria fazer parte da referida Comissão, mesmo com a remuneração de R\$190,00(cento e noventa reais). Falou também, o Secretário, que do que tivera até o presente de comissões e cargos de confiança dentro da Prefeitura, essa de membro da Comissão de Controle Interno, certamente seria a mais importante. Disse que a partir daí seriam julgadas as contas do Prefeito e que se algum desses membros cometesse um lapso, mesmo por desconhecimento de alguma coisa, deixasse passar alguma irregularidade, estaria atestando que as contas do Prefeito estavam em boa ordem e que seria co-responsável. Observou no momento, a Presidente da Mesa Diretora, que até nem soubera que a intenção da Comissão Geral de Pareceres era de colocar o Projeto de Lei em votação na presente sessão, pois que normalmente pediam mais tempo. E que tinha a intenção de expor que se algum vereador quisesse mais informações, que chegasse na Prefeitura, pois que seria recebido, atendido visando esclarecimentos. Pois, que nem sempre era possível secretário vir na sessão e que por isso os projetos já vinham com justificativa. Disse a Presidente da Mesa, que era a mesma questão referente ao Conselho da Criança e do Adolescente, pois quem iria assumir, sem que houvesse remuneração. Comentou que somente acontecia ainda em entidades como igrejas, onde o pessoal vinha obrigado a trabalhar, mas que daqui a pouco essas pessoas teriam que ser pagas para que ajudassem. Expôs o Secretário da Administração, que a administração havia colocado a remuneração de R\$80,00(oitenta reais) para o conselheiro tutelar e o que havia acontecido era de que haviam se encerrado as inscrições e somente uma pessoa havia se inscrito. E qual seria a próxima atitude, indagou. Disse que seria prorrogar o prazo, mas isso não adiantaria, pois ninguém mais se inscreveria, só que era exigência legal constituir o Conselho. E que desse jeito o Prefeito logo seria obrigado a elevar o valor. Disse também, que era difícil no momento atual, uma pessoa se dispor a assumir qualquer responsabilidade perante a Prefeitura, sem ser remunerada. Indagou no instante o vereador Adelar H. Schmitt, o que aconteceria, se independente do valor a ser pago, ninguém se inscrevesse para o Conselho Tutelar, quem ficaria com a responsabilidade. Respondeu o Secretário da Administração, que primeiro iria-se prorrogar o prazo e caso novamente não tivesse inscritos, a administração municipal iria entrar em contato com a Promotoria para saber o que iriam sugerir. Comentou ainda que caso semelhante era a Comissão de Controle Interno, pois que não era fácil conseguir preencher as vagas. Destacou que o assunto era novo, e que o pessoal não queria entrar com medo de alguma surpresa no andar do serviço e também pela grande responsabilidade. Sugeriu novamente que os vereadores fizessem enquête. Comentou no instante a Presidente da Mesa Diretora, que por isso as vezes quando eram colocados projetos para serem votados, era por causa desse prazo que era solicitado, considerando que já teriam que ser enviados, teria que ser tudo legalizado. Mas daí alguns vereadores os acusavam dizendo que queriam tudo correndo, só que em sua opinião, se havia 8(oito), 14(quatorze) dias, poderiam chegar na Prefeitura e esclarecer as dúvidas. Destacou no momento, o vereador Luiz J. Spaniol, que se entrasse projeto na Câmara e fosse entregue à Comissão Geral de Pareceres, essa também tinha responsabilidades.

Observou a Presidente da Mesa Diretora, dizendo que por isso mesmo estava dizendo para os vereadores irem na Prefeitura e esclarecer as dúvidas. Falou o vereador Luiz J. Spaniol, que em função de seu trabalho, não tinha como ir na Prefeitura no horário de expediente dessa. Disse a Presidente da Mesa Diretora, ao vereador Luiz J. Spaniol que na noite em que deveria ser votado então o projeto, queria estudá-lo ainda, e não aceitavam o que era colocado. Disse o vereador Luiz J. Spaniol, que também não era justo receberem um projeto em cima da hora e votá-lo. Manifestou-se o vereador Dário J. Kuhn, dizendo que a seu ver o vereador tinha todo direito de pegar um projeto e discuti-lo com a comunidade, para saber o que essa achava. Comentou a Presidente da Mesa Diretora, mas se passasse o prazo. Disse o vereador Dário J. Kuhn, que nunca passara o prazo. Falou o vereador Luiz J. Spaniol, que nesse caso, se houvesse o risco de passar o prazo, deveria ser o projeto encaminhado antes. Expôs a Presidente da Mesa Diretora, que sempre diziam que não tinham tempo para ir na Prefeitura, como o teriam para falar com a comunidade. Observou o vereador Dário J. Kuhn, que durante o dia realmente não tinha tempo, mas que, com a comunidade, poderia-se discutir os projetos, a noite. Ainda na oportunidade, esclareceu o Secretário da Administração, referente ao valor a ser concedido aos membros da Comissão de Controle Interno, que o projeto encaminhado anteriormente apresentava o valor de R\$180,00(cento e oitenta reais), e que o proposto agora era de R\$190,00(cento e noventa reais) considerando que nesse meio tempo houvera a concessão de reajuste salarial ao funcionalismo, no índice de 6%(seis por cento), e portanto ficava o valor como se não tivesse ocorrido a retirada do projeto. Disse o Secretário, que se soubessem que não iriam conseguir alguém sem remuneração, não teriam retirado o projeto no início do ano. Disse que a única coisa que poderiam pedir, seria desculpas perante a Câmara de Vereadores por terem retirado o projeto no início do ano. Comentou, que até poderiam reconhecer o erro, que havia sido a atitude precipitada, por terem feito a retirada antes de convidar as pessoas. Manifestou-se o vereador Dário J. Kuhn, dizendo que sua preocupação era no sentido de que se saíssem contando no dia seguinte que haviam aprovado esse Projeto, imaginassem o que diriam os funcionários da Calçados Dilly. Disse o vereador Dário J. Kuhn, que era lógico que iriam criticar. Observou o vereador José L. Brill, que esses não assumiriam o risco que os membros da Comissão estariam assumindo. Falou o vereador Dário J. Kuhn que até concordava, mas que colocasse isso na cabeça desses funcionários. Destacou o vereador Angelino F. Neckel que não seria qualquer pessoa que teria condições de integrar a Comissão de Controle Interno. Comentou na oportunidade, o Secretário da Administração, que qual funcionário seria promovido a contramestre se não recebesse aquele plus, pois seria difícil alguém assumir as responsabilidades. Disse que era difícil, pois o pessoal dizia que o Prefeito ganhava muito, os funcionários públicos eram no geral vagabundos, não trabalhavam, não merecendo o salário que ganhavam, isso era a mesma coisa e que era algo normal e não acontecia somente aqui, mas em todos os municípios. Indagou a Presidente da Mesa Diretora, se os membros da Comissão tinham que ser concursados. Respondeu o Secretário, que tinham que ser funcionários efetivos, dos quais um tinha que ser o contador. Comentou a Presidente da Mesa, que isso já dizia tudo. Comentou o Secretário que cargo de confiança era aquela questão, pois que era uma pessoa que

não acompanhava os andamentos das contas da prefeitura e de repente estava um mês, um ano ou quatro anos, e depois saía. Disse que por isso tinha que ser funcionário efetivo, pois esse tinha idéia do andamento do funcionamento da prefeitura. Destacou a Presidente da Mesa Diretora, que para funcionários ocupantes de cargos em comissão ocuparem as vagas teria que ser mudada a lei. Observou o Secretário que isso não seria possível. Concluídos os esclarecimentos do Secretário da Administração, agradeceu a Presidente da Mesa Diretora à esse a explanação, e colocou o Projeto de Lei em votação. Sendo o mesmo aprovado com seis votos favoráveis, um contrário e uma abstenção. Votaram a favor do Projeto de Lei, os vereadores José L. Brill, Paulo A. Medtler, Ricardo Trierweiler, Angelino F. Neckel, Airton J. Weber e Dário J. Kuhn. Votou contra, o vereador Luiz J. Spaniol. Absteve-se de votar, o vereador Adelar H. Schmitt. Em continuidade, passou-se para o período do **GRANDE EXPEDIENTE**. Sendo que ninguém havia se inscrito para esse período. Aproveitou a oportunidade a Presidente da Mesa para dizer que antes de encerrar queria aproveitar para fazer algumas colocações. Disse que não iria criticar e sim ler algo que mesma escrevera. Destacou que não mandara alguém escrever para ela, pois que poderia ser ignorante, conforme havia sido colocado na semana anterior. E que lhe havia machucado bastante, o dito pelo vereador Airton J. Weber, mas que, sobre tudo o que o vereador havia dito na última sessão sobre sua pessoa, somente desejava dizer que era pessoa simples. Falou que estava lendo, pois que era pessoa simples, e que não havia dito que tinha faculdade. E se estava na Presidência da Câmara era porque nove pessoas haviam lhe votado no dia da posse. Destacou ainda, que estava nessa Câmara de Vereadores deste Município porque o povo lhe havia eleito, para que fizesse seu trabalho com honestidade, em prol da comunidade. E que nunca precisara se promover com comentários maldosos sobre os vereadores. Disse que nunca fizera isso e que não gostava de aparecer em jornal. Comentou que pelo que ficara sabendo não havia repercutido bem a crítica feita pelo vereador Airton J. Weber. Disse a Presidente da Mesa, que até estava emocionada, pois que se sentia bem, mas ao mesmo tempo se sentia mal quando um vereador lhe fazia o que o vereador Airton J. Weber lhe fizera como Presidente da Câmara. Comentou que o vereador Airton J. Weber, tentara se valorizar com palavras grosseiras, criticando, sujando o nome de pessoas. E que para sua infelicidade, essa pessoa nem mesmo saindo no jornal havia repercutido da maneira como deveria ter imaginado, pois que não havia sido bem aceita sua atitude, conforme muitas pessoas lhe haviam colocado. Disse que pessoas lhe haviam pedido que fosse adiante, mas que era uma pessoa normal, decente e que vinha na Câmara de Vereadores para trabalhar em prol da comunidade. Destacou ainda, que poucas vezes o vereador Airton J. Weber não criava polêmica por fatos sem procedência. Disse que esperava a partir de agora, mais respeito entre todos deste recinto, pois que estavam aqui para trabalhar, discutir projetos em prol da população, como havia sido feito na presente noite. Comentou que assim se sentia bem, e que nunca dissera que era uma pessoa cheia de coisas, conforme o vereador Airton J. Weber havia colocado que não tinha capacidade de estar na Presidência da Câmara. Falou que havia sido eleita e que as pessoas a conheciam deste pequena, pois que era nascida aqui. E que até hoje ninguém havia falado algo

contrário a sua pessoa e que não aceitava a crítica do vereador Airton J. Weber. Ainda na oportunidade, disse que desejava deixar registrado que quando estavam votando projeto, que pedissem, que convidaria-se secretário para comparecer visando esclarecer as dúvidas, já que muitas vezes achavam que o Executivo não estava enviando os projetos com transparência, conforme normalmente era colocado. Após, disse a Presidente da Mesa, que havia anotado o nome de todos os presentes, já que era meio analfabeta, conforme o vereador Airton J. Weber havia colocado na semana anterior. E, dessa forma agradeceu a presença do Prefeito e sua esposa, Vice-Prefeito, Secretário da Administração, Secretário da Agricultura, jornalista do Jornal O Diário, advogado do Legislativo, Secretária da Saúde e esposo, Sargento Janier o qual já havia se retirado, suplente de vereador Jaime e ex-vereadores João Weber e Romeo Vogel. Observou o advogado, no instante, que era assessor jurídico do Executivo. Retificando então a Presidente da Mesa, seu agradecimento, dizendo ser o advogado do Executivo. Comentou, no instante, que era bravo, que doía ter que ouvir algumas coisas e que as vezes tinha-se que por para fora também, mas que não o fazia, usando as palavras como o vereador Airton J. Weber havia feito. Disse que não precisava disso para se promover, aparecer no jornal, que não fazia questão. Agradeceu novamente aos munícipes que haviam se feito presentes e convidou-os a comparecerem mais vezes prestigiarem as sessões, pois que para os vereadores era um estímulo. No instante comentou a Presidente da Mesa, se não havia esquecido de agradecer ao jornalista do Jornal O Diário, pois que não queria deixar ninguém de fora e que estava anotando tudo, visto que hoje em dia tinha que ser assim, considerando que era uma incompetente. Disse que estava se anotando as coisas, assim como muitos vereadores também o faziam na hora de falar alguma coisa. Comentou que achava que era um direito seu e o estava usando. Agradeceu novamente a Presidente da Mesa Diretora a todos e como mais nada houvesse para ser deliberado declarou encerrada a Reunião, convocando a seguinte, em caráter ordinário, para o dia 26(vinte e seis) de setembro, do corrente ano, às 19h:30min(dezenove horas e trinta minutos) no mesmo local. E, para constar, Cesar Alberto Karling, Secretário da Câmara, elaborou a presente Ata a qual após lida e aprovada, será subscrita pelo Secretário e Presidente da Mesa Diretora.

SECRETÁRIO

PRESIDENTE